

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2025 PROCESSO LICITATÓRIO: 267/2025

A presente licitação, na modalidade de CREDENCIAMENTO, objetivando a **contratação de óticas instaladas no município de Ouro Preto-MG, para fornecimento de óculos de grau em atendimento as demandas do Programa Miguilim do município de Ouro Preto**, regula-se, pela Lei 14.133/21, por edital constituído de partes e anexos na seguinte sequência:

SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL:

ANEXO I	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO I.1	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	PLANILHA DE CUSTOS
ANEXO III	PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO UNIFICADA
ANEXO V	MODELO MINUTA DE CONTRATO

ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS: A partir das 07h00m do dia 14/11/2025.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BLL Compras, disponível no endereço <https://bll.org.br>.

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Os procedimentos deste credenciamento serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, no site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, endereço eletrônico: <https://l1nk.dev/SxJVg>, no Portal do BLL Compras, no endereço eletrônico <https://bll.org.br/editais/>, e, no PNCP, endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº. 8.190/2024; Decreto Municipal nº 8.202/2024, Decreto 8.252/2024.

1- DO OBJETO:

O presente edital tem como objeto a **contratação de óticas instaladas no município de Ouro Preto-MG, para fornecimento de óculos de grau em atendimento as demandas do Programa Miguilim do município de Ouro Preto**, tornando público que o Município de Ouro Preto/MG receberá a partir das 07h00m do dia 14/11/2025, as solicitações de credenciamento pelos interessados no site <https://bll.org.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

OBSERVAÇÕES:

a) Os serviços deverão ser executados conforme as condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I).

b) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é destinado ao atendimento de demandas dos serviços de saúde do município, que são contínuos e ininterruptos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a permanência dos prestadores na rede, bem como a sua continuidade.

d) Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato.

2 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO

2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, o interessado em participar do Credenciamento deverá dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade do usuário, obtidas junto à Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br>).

2.2. Caberá ao interessado proceder ao respectivo credenciamento junto ao provedor do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade ou de seu representante legal, a partir do qual se dará a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este credenciamento.

2.2.1. É de responsabilidade exclusiva do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação em caso de incorreção.

2.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, por atos praticados diretamente ou por representante, excluindo-se a responsabilidade do provedor do sistema, do (a) Agente de contratação e do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. Em se tratando de ME e EPP, nos termos da Lei Complementar 123/06 e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, quando do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como ME e EPP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

2.5. A participação no Credenciamento dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do representante devidamente cadastrado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

2.5.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: <https://bll.org.br>, na parte “Acessar”.

2.6. O licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa; pressupondo-se o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital mediante o encaminhamento da proposta.

2.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não cabendo à BLL Compras responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

2.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.10. O licitante deverá comunicar imediatamente à BLL Compras (provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso

2.11. Havendo dúvidas, sempre consultar o suporte técnico do BLL Compras.

3 - DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Ouro Preto através da Secretaria Municipal de Saúde .

3.2 - Os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

- a) Cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia autenticada ao ato constitutivo, estatuto social, contrato social primitivo e a última alteração contratual ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrado, **em se tratando** de empresas comerciais, e **no caso** de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus representantes legais;
- c) Cópia autenticada da inscrição de ato constitutivo, **em caso** de sociedades civis, acompanhada de comprovação da diretoria em exercício;

REGULARIDADE FISCAL

- d) Prova de regularidade de tributos e contribuições com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante (incluindo Dívida Ativa), na forma da lei;

d.1) Relativamente à Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão conjunta negativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições para com a Seguridade Social – INSS;

- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, se houver relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) Certificado de Regularidade para com o FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal (sítio: www.caixa.gov.br);
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas ou positiva com efeitos de negativa (CNDT);
- i) Declaração unificada, conforme modelo apresentado no “**Anexo V**”;

OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Carta Solicitando o credenciamento, indicando o nome e CPF do responsável pela assinatura do Contrato, conforme modelo apresentado no **Anexo III**;
- b) Indicação do representante legal da proponente, **se for o caso**, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da empresa, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato.

Obs. 1 – As declarações ora solicitadas deverão ser apresentadas individualmente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Obs. 2 – Em caso de isenção de cadastro, a credenciada deverá apresentar documentação do órgão responsável pela emissão do mesmo, informando os motivos da isenção.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) As óticas credenciadas deverão apresentar **alvará de localização e funcionamento válido em Ouro Preto/MG**.

b) As óticas deverão dispor de caixas/estojos quem acompanham os óculos com a logo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

4 - DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO:

4.1. Torna-se implícito que os proponentes que optarem por responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos;

4.2. O credenciamento permanecerá aberto por tempo indeterminado.

OBS.: O credenciamento poderá ser encerrado a qualquer momento, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

4.3. A contratação se efetivará imediatamente após a análise da documentação e homologação por parte do Município.

4.4. É possível a assinatura dos termos de Contrato conforme minuta das empresas públicas e sociedade de economia mista, desde que as referidas minutas não conflitem com o disposto nos contratos celebrados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

5- DOS QUANTITATIVOS

5.1. O cálculo foi realizado com base nas principais realizações do ano de 2024 que foram realizadas **4296 triagens oculares** em escolas da rede pública, com o encaminhamento de **1740 estudantes** para consultas oftalmológicas completas.

6 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

6.1. Os óculos a serem fornecidos devem obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

☐ **Armações:**

☐ - Material: acetato, metal ou material antialérgico equivalente.

☐ - Resistência: compatível com uso infantil e juvenil, com boa durabilidade e flexibilidade.

- Modelos: variedade de tamanhos e formatos apropriados às diferentes faixas etárias (de 5 a 18 anos), incluindo modelos infantis, infantojuvenis e adolescentes.

☐ - Cores: ao menos três opções distintas disponíveis para escolha do estudante/responsável.

☐ - Hastes com articulação flexível ou molas serão consideradas um diferencial.

☐ **Lentes:**

☐ - Tipo: lentes corretivas com grau esférico e/ou cilíndrico conforme receita médica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- ☐ - Material: resina ou policarbonato, com tratamento antirrisco incluso.
- ☐ **Acondicionamento:**
- ☐ - Estojo rígido ou semirrígido para proteção dos óculos.
- ☐ - Flanela de limpeza em material apropriado.
- ☐ **Garantia:**
- ☐ - Mínimo de 90 (noventa) dias para defeitos de fabricação, conforme Código de Defesa do Consumidor.
- ☐ - Possibilidade de ajustes de armação ou troca de lentes em caso de erro de confecção.

6.2. QUALIDADE E EFICIÊNCIA

Durante todo o ciclo de vida do objeto, serão observados princípios da sustentabilidade, eficiência do gasto público e atendimento humanizado. Será priorizada a entrega em pontos próximos às unidades escolares ou às Unidades Básicas de Saúde (UBS), em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e Educação, a fim de facilitar o acesso das famílias e reduzir custos logísticos. Os Territórios serão divididos em regiões e as óticas credenciadas serão direcionadas para as regiões escalonadas.

7 - EXECUÇÃO

7.1. O serviço deverá ser prestado no município de OURO PRETO-MG e o agendamento das consultas será de acordo com a demanda apresentada pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. O licitante vencedor fica ciente que as óticas credenciadas ficarão responsáveis pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para realização de ajustes e entregas dos óculos, e caberá a Secretaria Municipal de Saúde o agendamento das entregas.

MODALIDADE DE ENTREGA DOS ITENS

7.3. A distribuição das óticas credenciadas por território será organizada com base em critérios populacionais, epidemiológicos e geográficos, de forma a garantir acesso equitativo, logística eficiente e cobertura adequada da população-alvo, especialmente em regiões mais periféricas e distritos do município.

7.4. O modelo adotado será territorializado e terá como eixo principal as áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBS), considerando também a quantidade de escolas públicas localizadas em cada território e o número estimado de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, faixa etária prioritária dos programas de triagem visual da rede pública de saúde e educação.

7.5. Para estimar a demanda potencial por fornecimento de óculos corretivos, utilizamos como base os dados do Programa Miguilim e triagens realizadas em anos anteriores. Segundo a série histórica mais recente (ano de 2024), verificou-se que aproximadamente 40% das crianças triadas nas escolas públicas apresentaram necessidade de uso de óculos, seja por erro refrativo leve, moderado ou grave. Esse percentual é coerente com dados nacionais apontados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que indicam que cerca de 30 a 45% das crianças em idade escolar têm algum tipo de alteração visual que pode comprometer o rendimento acadêmico e a qualidade de vida.

7.6. Com base nesses dados, o município adotará o seguinte critério para definir a distribuição das óticas por território:

a) Mapeamento da população adscrita a cada UBS, conforme dados atualizados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da base do e-SUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

b) Levantamento do número de escolas públicas localizadas na área de abrangência de cada UBS, com estimativa do número de alunos matriculados entre 5 e 17 anos, conforme informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

c) Estimativa de demanda por óculos por território, aplicando-se a taxa de prevalência histórica (40%) sobre o total de crianças triadas por região.

d) Distribuição proporcional das óticas credenciadas, de acordo com a densidade populacional, escolar e potencial de demanda de cada território.

e) Nos casos em que houver mais de uma ótica credenciada para o mesmo território, a SMS poderá adotar um modelo de rodízio mensal, divisão de carga por ordem de serviço ou critérios de desempenho técnico (tempo de entrega, qualidade e resolutividade), sempre buscando garantir a equidade, evitar sobrecarga de um único prestador e preservar o acesso ao serviço com base na localização do paciente.

7.7. A definição dos territórios será previamente pactuada entre a Secretaria Municipal de Saúde e os prestadores credenciados, com base em mapa de cobertura e critérios técnicos padronizados. Os limites de atendimento por prestador também poderão ser ajustados periodicamente, conforme variação de demanda ou mudança no perfil epidemiológico do território. Esse modelo garante transparência, rastreabilidade, previsibilidade e controle do serviço prestado, além de promover a eficiência logística e otimização do recurso público, ao direcionar os usuários preferencialmente para prestadores próximos de sua residência, reduzindo deslocamentos desnecessários e fortalecendo o cuidado territorializado.

7.8. Após a realização da consulta oftalmológica por profissional da rede pública ou conveniada, o paciente que tiver prescrição de lentes corretivas será encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) à ótica credenciada mais próxima de sua residência, observando-se os critérios de organização territorial do município. O critério de proximidade e abrangência geográfica será a base para a distribuição dos pacientes entre as óticas credenciadas, de forma a facilitar o acesso, otimizar a logística e distribuir equitativamente a demanda. O fornecimento de óculos pelas óticas credenciadas será feito exclusivamente mediante autorização prévia da SMS, com base em:

a) Formulário padrão de autorização, contendo dados do paciente, número do cartão SUS, prescrição óptica e dados do profissional prescritor;

b) Ordem de Serviço emitida pela SMS, enviada por e-mail institucional à ótica credenciada designada para atendimento, contendo nome, endereço e informações clínicas relevantes do usuário.

7.9. Nenhum serviço poderá ser realizado sem a devida autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de inadimplência contratual.

7.10. A ótica credenciada deverá:

a) Realizar a conferência da prescrição e orientar o usuário quanto ao tipo de lente autorizada (monofocal, bifocal, etc.);

b) Coletar as medidas necessárias para a confecção das lentes (distância pupilar, altura, etc.);

c) Disponibilizar modelos de armação conforme o padrão pactuado com a SMS;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

d)Garantir a entrega dos óculos no prazo máximo de 15 dias corridos, salvo justificativa formal;

e)Recolher a assinatura do paciente em campo próprio da autorização de recebimento, constando a data da entrega.

7.11. Ao final de cada mês, a ótica credenciada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Saúde:

a)A autorização original assinada pelo paciente, atestando o recebimento dos óculos;

b)A fatura mensal discriminada, com todos os atendimentos realizados no período, vinculados às ordens de serviço;

c)Cópia da prescrição médica e da nota fiscal emitida correspondente ao valor autorizado.

7.12. Somente após a conferência desses documentos e sua validação pela equipe técnica da SMS, será autorizado o pagamento mediante conforme legislação vigente. A descentralização do fornecimento de óculos corretivos por meio de credenciamento de óticas permitirá maior celeridade, acessibilidade e capilaridade no atendimento à população, especialmente em regiões periféricas e distritos. Além disso, a padronização dos fluxos de encaminhamento, autorização e prestação de contas garantirá a transparência, controle e qualidade do serviço prestado, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade da Administração Pública.

7.13. Caso haja o credenciamento de mais de uma ótica para um mesmo território de referência, a Secretaria Municipal de Saúde adotará critérios de distribuição equitativa da demanda, considerando o volume de atendimentos já realizados, a capacidade operacional declarada pelas empresas e o tempo médio de entrega dos óculos. A prioridade será sempre a garantia da acessibilidade do usuário, da qualidade do serviço e da eficiência na entrega. Dessa forma, será possível evitar concentração de atendimentos em um único prestador e assegurar que todas as empresas credenciadas tenham oportunidade de participação conforme sua área de cobertura e desempenho, resguardando o interesse público e o princípio da economicidade. A SMS poderá, ainda, estabelecer escalas de rodízio, sempre que necessário, para manter o equilíbrio na oferta dos serviços contratados.

DO AGENDAMENTO

7.14. A contratada receberá o encaminhamento dos pacientes realizadas pelo setor da Secretaria de Saúde Municipal de Ouro Preto. Através dos encaminhamentos serão realizados retirados os óculos na ótica credenciada.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.15. A entrega dos materiais será feita de forma parcelada, de acordo com a ordem de fornecimento e nota de Empenho emitida pela secretaria e enviada ótica credenciada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, após solicitação da S.M.S

8 - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

8.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 - DO PREÇO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$151.440,00 (Cento e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta reais).

10 - DOS ESCLARECIMENTOS, RECURSOS, CONTRARRAZÕES E IMPUGNAÇÕES

10.1. Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente Edital serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação - CPL no endereço constante deste edital, ou pelo telefone (31) 3559-3301, E-mail compras@ouopreto.mg.gov.br, no horário de 07h às 18h; devendo todos os casos **obrigatoriamente** serem anexados na plataforma BLL Compras.

10.2. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do ato que decide pelo credenciamento ou não credenciamento.

10.3. O encaminhamento dos questionamentos e impugnações poderá, também, ser feito via postal, através da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), porém a data da postagem não será considerada e sim a data da chegada e protocolo efetivo do documento na Gerência de Compras e Licitações da Prefeitura de Ouro Preto, conforme endereço supracitado; devendo em todos os casos **obrigatoriamente** serem anexados na plataforma BLL Compras.

10.4. As impugnações e questionamentos também poderão ser encaminhados via plataforma BLL Compras obedecendo aos seguintes requisitos:

10.4.1. Serem dirigidos aos cuidados do (a) Agente de contratação/PMOP, no prazo legal.

10.4.2. Devendo em todos os casos obrigatoriamente serem anexados na plataforma BLL Compras.

10.5. Os recursos e impugnações deverão obrigatoriamente conter **assinatura com certificado digital**.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação	Elemento de despesas	Ficha	Fonte de Recurso	Código de Aplicação
02.35.01.10.302.0150.1156	3.3.90.39.00	1647	1.500.000	1002
02.35.01.10.301.0150.1176	3.3.90.30.00	1393	1.500.000	1002
02.35.01.10.301.0150.1176	3.3.90.39.00	1394	1.500.000	1002

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1. O credenciamento será homologado pelo Prefeito Municipal.

13 - DA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A licitante a ser contratada, quando convocada pelo Município, terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, sob pena de ser excluída do processo.

13.2. O conteúdo do presente edital, dos anexos e especificações que o acompanham, fará parte integrante do contrato, independentemente de transcrição;

13.3. Para início da execução dos serviços as empresas credenciadas deverão estar em situação regular com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal (incluindo Dívida Ativa), INSS e FGTS.

14 - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

14.1. A Administração poderá revogar a presente licitação ou parte dela por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15 - DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

15.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

15.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

15.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

15.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

15.6. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

15.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

15.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

15.9.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.10. A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

15.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

15.11.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

15.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado neste Edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato para prestação de serviços, nos termos do §2º do Art. 90 da Lei 14.133/2021.

16.2. As penalidades previstas em lei e neste Edital também se aplicam aos licitantes que forem convocados nos termos do subitem anterior.

16.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções administrativas conforme previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei 13.144/2023 (Art. 155 à Art. 162).

16.5. Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento;

17.2. Após a data e horário de encerramento, estabelecidos no presente Edital não serão aceitos quaisquer documentos ou propostas.

17.3. O edital e seus anexos poderão ser examinados e retirados na Gerência de Compras no endereço constante deste edital ou pelo site <https://l1nk.dev/SxJVg>.

17.4. Para início da execução dos serviços as empresas credenciadas deverão estar em situação regular com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal (incluindo Dívida Ativa), INSS e FGTS.

17.5. Fica o foro da Comarca de Ouro Preto eleito para dirimir qualquer controvérsia não resolvida entre as partes.

Ouro Preto, 07 de novembro de 2025.

Alberto Frederico Gouveia
Gerente de Compras e Licitações

Victor Schittini Teixeira
Gerente de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBSERVAÇÃO: O ETP segue em arquivo separado, anexo ao Edital.

No ETP constam as especificações e orientações para a execução adequada do objeto dessa licitação.

ANEXO I.1 – TERMO DE REFERÊNCIA

OBSERVAÇÃO: O TR segue em arquivo separado, anexo ao Edital.

No TR constam as especificações e orientações para a execução adequada do objeto dessa licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO II
PLANILHA DE CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE MODELO ADULTO FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	600	R\$87,00	R\$52.000,00
2	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS ALTO ÍNDICE GRAU FORTE MODELO INFANTIL FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	100	R\$87,00	R\$8.700,00
3	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS MODELO ADULTO FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	200	R\$87,00	R\$17.400,00
4	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS MODELO INFANTIL FEMININO E MASCULINO - MATERIAL EM METAL OU ACETATO COM ARO TOTAL, ARO QUADRADO OU REDONDO	UNID	100	R\$86,00	R\$8.600,00
5	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO ALTO ÍNDICE DE -10.00 A +9.50 ESFÉRICO E CILINDRO ATE -6.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	20	R\$39,00	R\$780,00
6	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO ALTO ÍNDICE DE -8.00 A +6.00 ESFÉRICO E CILINDRO ATE -4.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	20	R\$39,00	R\$780,00
7	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS ANTI-REFLEXO ALTO ÍNDICE GRAU FORTE, ALTA DIOPTRIA DE -12.50 A -23.00 ESFÉRICO E CILINDRO ATE -9.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	10	R\$45,00	R\$450,00
8	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI-REFLEXO DE PLANO -4.00 A +4.00 ESFÉRICO, CILINDRO ATE -2.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	20	R\$61,00	R\$1.200,00
9	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI-REFLEXO	LENTE OFTÁLMICAS MONOFOCAIS VISÃO SIMPLES ANTI-REFLEXO DE PLANO -6.00 A +6.00 ESFÉRICO, CILINDRO ATE -4.00; CONFORME RECEITUÁRIO MÉDICO	PAR	460	R\$58,00	R\$26.680,00
10	LENTE OFTÁLMICAS MULTIFOCAIS	LENTE OFTÁLMICAS MULTIFOCAIS ALTO ÍNDICE DE -10.00 A +6.00 ESFÉRICO E CILINDRO ATE -6.00; ADICAO DE +1.00 A +3.50 ALTURA MINIMA DE 22MM	PAR	10	R\$59,00	R\$590,00
11	LENTE OFTÁLMICAS MULTIFOCAIS VISÃO SIMPLES	LENTE OFTÁLMICAS MULTIFOCAIS VISÃO SIMPLES DE -4.00 A +7.00 ESFÉRICO E CILINDRO ATE -4.00; ADICAO DE +1.00 A +3.00 ALTURA MINIMA DE 22MM	PAR	460	R\$74,00	R\$34.040,00
TOTAL						R\$151.440,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO III - PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 002/2025**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à,
Bairro....., Município de, por seu representante legal , vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

_____, ____ de _____ de 20____

Assinatura e carimbo (representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Ref.: CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 002/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei:

- a)** Declara que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo termina o inciso VI, do artigo 68, da Lei Federal n. 14.133/21, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;
- b)** Declaração do licitante que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (para empresas a partir de cem funcionários);
- d)** Declara que detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- e)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f)** Declaração do licitante que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- g)** Que não se enquadra nas vedações previstas no §1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/2021;
 - g.1)** Que se enquadra em todas as condições de participação descritas neste Edital.
- h)** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

(LOCAL), ____ de _____ de 2025.

ASSINATURA (NOME, RG E CPF/MF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PROPONENTE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO *(sujeito a alterações)*

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E**

Ref. Credenciamento 002/2025

Processo Licitatório: 267/2025

Contrato de prestação de serviços, Nº ____/2025, Credenciamento Eletrônico nº 002/2025, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que entre si fazem de um lado **MUNICÍPIO D OURO PRETO**, localizado na Praça Barão do Rio Branco nº 12 no bairro Pilar, na cidade de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, cujo CNPJ é 18.295.295/0001-36, neste ato representado por _____, doravante nominada **Contratada**, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, pessoa jurídica de direito público, localizada ENDEREÇO, na cidade de _____, estado de Minas Gerais, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, Sr(a). _____, de agora em diante denominados **Contratantes**, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a **contratação de óticas instaladas no município de Ouro Preto-MG, para fornecimento de óculos de grau em atendimento as demandas do programa miguilim do município de Ouro Preto**, conforme edital de Credenciamento Eletrônico nº 002/2025.

1.2 Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital de Licitação;
- 1.2.3 A proposta da contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é destinado ao atendimento de demandas dos serviços de saúde do município, que são contínuos e ininterruptos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a permanência dos prestadores na rede, bem como a sua continuidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

3.1. As responsabilidades da CONTRATANTE são aquelas elencadas no Item 14. – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE do Termo de Referência (Anexo I.1).

3.2. As responsabilidades da CONTRATADA são aquelas elencadas no Item 15. – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência (Anexo I.1).

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Dos Preços:

4.1. O valor da contratação é de R\$ _____

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DO PAGAMENTO

4.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

DO PREÇO

4.8. O custo estimado total da contratação é de R\$151.440,00 (Cento e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta reais)

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO:

5.1. O serviço deverá ser prestado no município de OURO PRETO-MG e o agendamento das consultas será de acordo com a demanda apresentada pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. O licitante vencedor fica ciente que as óticas credenciadas ficarão responsáveis pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para realização de ajustes e entregas dos óculos, e caberá a Secretaria Municipal de Saúde o agendamento das entregas.

MODALIDADE DE ENTREGA DOS ITENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

5.3. A distribuição das óticas credenciadas por território será organizada com base em critérios populacionais, epidemiológicos e geográficos, de forma a garantir acesso equitativo, logística eficiente e cobertura adequada da população-alvo, especialmente em regiões mais periféricas e distritos do município.

5.4. O modelo adotado será territorializado e terá como eixo principal as áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBS), considerando também a quantidade de escolas públicas localizadas em cada território e o número estimado de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, faixa etária prioritária dos programas de triagem visual da rede pública de saúde e educação.

5.5. Para estimar a demanda potencial por fornecimento de óculos corretivos, utilizamos como base os dados do Programa Miguilim e triagens realizadas em anos anteriores. Segundo a série histórica mais recente (ano de 2024), verificou-se que aproximadamente 40% das crianças triadas nas escolas públicas apresentaram necessidade de uso de óculos, seja por erro refrativo leve, moderado ou grave. Esse percentual é coerente com dados nacionais apontados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que indicam que cerca de 30 a 45% das crianças em idade escolar têm algum tipo de alteração visual que pode comprometer o rendimento acadêmico e a qualidade de vida.

5.6. Com base nesses dados, o município adotará o seguinte critério para definir a distribuição das óticas por território:

a) Mapeamento da população adscrita a cada UBS, conforme dados atualizados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da base do e-SUS.

b) Levantamento do número de escolas públicas localizadas na área de abrangência de cada UBS, com estimativa do número de alunos matriculados entre 5 e 17 anos, conforme informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

c) Estimativa de demanda por óculos por território, aplicando-se a taxa de prevalência histórica (40%) sobre o total de crianças triadas por região.

d) Distribuição proporcional das óticas credenciadas, de acordo com a densidade populacional, escolar e potencial de demanda de cada território.

e) Nos casos em que houver mais de uma ótica credenciada para o mesmo território, a SMS poderá adotar um modelo de rodízio mensal, divisão de carga por ordem de serviço ou critérios de desempenho técnico (tempo de entrega, qualidade e resolutividade), sempre buscando garantir a equidade, evitar sobrecarga de um único prestador e preservar o acesso ao serviço com base na localização do paciente.

5.7. A definição dos territórios será previamente pactuada entre a Secretaria Municipal de Saúde e os prestadores credenciados, com base em mapa de cobertura e critérios técnicos padronizados. Os limites de atendimento por prestador também poderão ser ajustados periodicamente, conforme variação de demanda ou mudança no perfil epidemiológico do território. Esse modelo garante transparência, rastreabilidade, previsibilidade e controle do serviço prestado, além de promover a eficiência logística e otimização do recurso público, ao direcionar os usuários preferencialmente para prestadores próximos de sua residência, reduzindo deslocamentos desnecessários e fortalecendo o cuidado territorializado.

5.8. Após a realização da consulta oftalmológica por profissional da rede pública ou conveniada, o paciente que tiver prescrição de lentes corretivas será encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) à ótica credenciada mais próxima de sua residência, observando-se os critérios de organização territorial do município. O critério de proximidade e abrangência geográfica será a base

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

para a distribuição dos pacientes entre as óticas credenciadas, de forma a facilitar o acesso, otimizar a logística e distribuir equitativamente a demanda. O fornecimento de óculos pelas óticas credenciadas será feito exclusivamente mediante autorização prévia da SMS, com base em:

a) Formulário padrão de autorização, contendo dados do paciente, número do cartão SUS, prescrição óptica e dados do profissional prescritor;

b) Ordem de Serviço emitida pela SMS, enviada por e-mail institucional à ótica credenciada designada para atendimento, contendo nome, endereço e informações clínicas relevantes do usuário.

5.9. Nenhum serviço poderá ser realizado sem a devida autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de inadimplência contratual.

5.10. A ótica credenciada deverá:

a) Realizar a conferência da prescrição e orientar o usuário quanto ao tipo de lente autorizada (monofocal, bifocal, etc.);

b) Coletar as medidas necessárias para a confecção das lentes (distância pupilar, altura, etc.);

c) Disponibilizar modelos de armação conforme o padrão pactuado com a SMS;

d) Garantir a entrega dos óculos no prazo máximo de 15 dias corridos, salvo justificativa formal;

e) Recolher a assinatura do paciente em campo próprio da autorização de recebimento, constando a data da entrega.

5.11. Ao final de cada mês, a ótica credenciada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Saúde:

a) A autorização original assinada pelo paciente, atestando o recebimento dos óculos;

b) A fatura mensal discriminada, com todos os atendimentos realizados no período, vinculados às ordens de serviço;

c) Cópia da prescrição médica e da nota fiscal emitida correspondente ao valor autorizado.

5.12. Somente após a conferência desses documentos e sua validação pela equipe técnica da SMS, será autorizado o pagamento mediante conforme legislação vigente. A descentralização do fornecimento de óculos corretivos por meio de credenciamento de óticas permitirá maior celeridade, acessibilidade e capilaridade no atendimento à população, especialmente em regiões periféricas e distritos. Além disso, a padronização dos fluxos de encaminhamento, autorização e prestação de contas garantirá a transparência, controle e qualidade do serviço prestado, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade da Administração Pública.

5.13. Caso haja o credenciamento de mais de uma ótica para um mesmo território de referência, a Secretaria Municipal de Saúde adotará critérios de distribuição equitativa da demanda, considerando o volume de atendimentos já realizados, a capacidade operacional declarada pelas empresas e o tempo médio de entrega dos óculos. A prioridade será sempre a garantia da acessibilidade do usuário, da qualidade do serviço e da eficiência na entrega. Dessa forma, será possível evitar concentração de atendimentos em um único prestador e assegurar que todas as empresas credenciadas tenham

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

oportunidade de participação conforme sua área de cobertura e desempenho, resguardando o interesse público e o princípio da economicidade. A SMS poderá, ainda, estabelecer escalas de rodízio, sempre que necessário, para manter o equilíbrio na oferta dos serviços contratados.

DO AGENDAMENTO

5.14. A contratada receberá o encaminhamento dos pacientes realizadas pelo setor da Secretaria de Saúde Municipal de Ouro Preto. Através dos encaminhamentos serão realizados retirados os óculos na ótica credenciada.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.15. A entrega dos materiais será feita de forma parcelada, de acordo com a ordem de fornecimento e nota de Empenho emitida pela secretaria e enviada ótica credenciada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, após solicitação da S.M.S

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Fica designado como fiscal técnico o servidor Paola Cristiane Andrade Amorim, matrícula: 47997, e-mail: atencao.especializada@ouropreto.mg.gov.br;

6.2. Fica designado como gestor do contrato o servidor Taciana de Oliveira, matrícula: 44078, e-mail: superintendenciaderede.pmop@gmail.com.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

7.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação	Elemento de despesas	Ficha	Fonte de Recurso	Código de Aplicação
02.35.01.10.302.0150.1156	3.3.90.39.00	1647	1.500.000	1002
02.35.01.10.301.0150.1176	3.3.90.30.00	1393	1.500.000	1002
02.35.01.10.301.0150.1176	3.3.90.39.00	1394	1.500.000	1002

7.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

9.1. Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 14.133/2021:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo Único - Nos casos de rescisão acima mencionados, a contratante não indenizará a contratada, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções administrativas conforme previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei 13.144/2023 (Art. 155 à Art. 162).

12.3. Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

13.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

13.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.9.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.10. A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.11.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

13.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Edital de Licitação do Credenciamento Eletrônico nº 002/2025, bem como ao seu Termo de Referência (Anexo I.1), sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. A contratante fará a publicação do resumo deste contrato no “Minas Gerais” para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ouro Preto para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ouro Preto, _____ de _____ de 2025.

Leandro Leonardo de Assis Moreira - Matrícula: 45032
Secretário de Saúde

Taciana de Oliveira - Matrícula: 44078
Enfermeira

Paola Cristiane Andrade Amorim - Matrícula: 47997
Diretora da Atenção Especializada

Junio Jose Rodrigues Carioca - Matrícula: 47101
Diretor de Gestão de Suprimentos

EMPRESA